



Desempenho socioeconômico de unidades de produção agrícola do Ceará diante dos desafios da covid-19

Socioeconomic performance of agricultural production units in Ceará in the face of the challenges of covid-19

SANTANA, Luiz Sergio Lopes¹; LIMA, Filipe Augusto Xavier²; MONTE, Victor Teixeira do³

¹Universidade Federal do Ceará (UFC), luizim159@gmail.com; ²UFC, filipeaxlima@ufc.br;

³Universidade Federal de Alagoas (UFAL), victortdm134@gmail.com

RESUMO EXPANDIDO

Eixo Temático: Manejo de Agroecossistemas

Resumo: Este estudo analisou o desempenho socioeconômico de seis unidades de produção agrícola nos municípios de Sobral e Senador Sá, no estado do Ceará, durante a pandemia de covid-19. Utilizando a metodologia de Análise-Diagnóstico de Sistemas Agrários (ADSA), o foco foi a análise econômica do ano agrícola de 2021/2022. Os resultados demonstraram diferenças significativas entre as unidades quanto ao acesso à água, terra e renda, as quais influenciaram diferentes desempenhos econômicos. Além disso, as unidades não conseguiram remunerar seus trabalhadores exclusivamente com as rendas agrícolas, demonstrando sua dependência de fontes externas. Em suma, considera-se que a formulação de medidas que contribuam para o desenvolvimento dessas unidades passa, necessariamente, pela articulação entre os diversos agentes que atuam no meio rural, além do fortalecimento das políticas públicas já existentes em torno da agricultura familiar.

Palavras-chave: análise econômica; sistemas agrários; semiárido.

Introdução

A pandemia de covid-19 desencadeou inúmeras crises nos setores sociais e econômicos, incluindo a agricultura familiar, que desempenha um papel vital na economia local, fornecendo alimentos e gerando empregos. No Ceará, 75,5% dos estabelecimentos são classificados como de agricultura familiar, respondendo por 73,3% da mão de obra ocupada nos estabelecimentos agropecuários e 40% do valor total da produção dos estabelecimentos rurais no estado (FORTINI, 2020).

De um modo geral, as consequências principais da pandemia do setor agropecuário estiveram relacionadas às dificuldades de logística, transporte, distribuição, armazenamento e comercialização dos alimentos, bem como à restrição de acesso ao crédito e, ainda, à compra dos insumos para a produção. Além disso, houve uma queda no rendimento da produção agrícola, segundo Del Grossi (2020).



Diante desse cenário, esta pesquisa tem como objetivo analisar o desempenho socioeconômico da agricultura familiar nos municípios de Sobral e Senador Sá, no estado do Ceará, durante a pandemia. Esse estudo torna-se relevante devido à sua ênfase nas implicações das políticas públicas na resiliência e sustentabilidade da agricultura familiar em tempos de crise.

Metodologia

O estudo se baseou em seis unidades de produção agrícola (UPA) nos municípios de Sobral e Senador Sá, no estado do Ceará. A seleção dessas unidades foi realizada em colaboração com o Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador (Cetra), uma organização da sociedade civil especializada em assistência técnica e extensão rural (Ater) para agricultores.

A caracterização das UPA foi realizada considerando parâmetros como acesso à água, tamanho da propriedade e força de trabalho disponível. Os critérios utilizados para avaliar o acesso à água incluíram as fontes hídricas utilizadas, como cisternas, açudes, poços artesianos e rede pública. O tamanho da propriedade foi definido pelo total de hectares e a distribuição legal das terras foi considerada, levando em conta se a família era proprietária ou arrendatária. A força de trabalho foi mensurada em Unidades de Trabalho Familiar (UTF), considerando 1 UTF equivalente a 8 horas de trabalho por dia.

Para a realização da análise socioeconômica foram utilizados os passos da metodologia Análise-Diagnóstico de Sistemas Agrários (ADSA), com o foco na etapa de análise econômica (GARCIA FILHO, 1999). Os dados foram coletados por meio de questionários, e os indicadores econômicos foram mensurados considerando o ano agrícola de 2021/2022.

Resultados e Discussão

No geral, as UPA apresentam sistemas que se baseiam nas lavouras de milho e feijão e no cultivo de frutas e hortaliças em quintais produtivos e criação de animais. Na etapa de caracterização, é possível notar que há diferenças significativas no acesso à água, em que se verificou diversas fontes de água, como cisternas, açudes, poços artesianos, rede pública e até mesmo carros-pipas, o que determina os diferentes desempenhos de produção entre as UPA.

No entanto, com o advento da pandemia de covid-19, a questão do acesso à água ganhou uma relevância ainda maior, intensificando um problema de escassez preexistente na região semiárida. Isso porque a crise pandêmica afetou os serviços de abastecimento, exacerbando as dificuldades já enfrentadas pela maioria das unidades, sobretudo das que fazem uso de fontes como carros-pipas. Cabe ressaltar que as fontes verificadas se tornaram cruciais para a segurança alimentar e a sustentabilidade econômica das famílias agricultoras durante o período em estudo.



Já com relação ao acesso à terra, o tamanho das propriedades varia entre 1 e 16,5 ha, com uma maior incidência de estabelecimentos com área total menor que 2 ha, cenário esse bastante presente no semiárido (FORTINI, 2020). O domínio legal dos terrenos evidencia alguns contrastes entre os produtores sobretudo pelo fato de que uma família necessita arrendar terras para poder cultivá-las, enquanto outra é posseira do imóvel. Todavia, a maioria das famílias detém a titularidade da propriedade.

Contudo, é possível afirmar que a crise pandêmica exerceu pressões adicionais sobre a questão da posse da terra, como é o caso da UPA 04 que já dependia de arrendamento para acessar a terra e que passou a enfrentar desafios ainda maiores, comprometendo a continuidade de suas atividades agrícolas. Com isso, o acirramento das dificuldades econômicas agravou a incerteza sobre a permanência e o uso das terras.

No entanto, a predominância de proprietários entre as UPA é fator essencial para garantir-lhes segurança jurídica, por meio do direito à propriedade para as futuras gerações, o que evita, em partes, o êxodo rural (FORTINI, 2020). Isso pôde ser evidenciado na UPA 01, onde existe a pretensão de se garantir a sucessão familiar na agricultura.

Quanto à força de trabalho, percebeu-se uma variação de 1,75 a 3,5 Unidades de Trabalho Familiar (UTF). Assim, as UPA apresentaram algumas similaridades quanto à necessidade e dificuldades de contratação de mão de obra externa temporária, principalmente no período das chuvas, e ainda dificuldades de execução do conjunto de atividades necessárias para manter suas respectivas produções.

A partir desta síntese, realizou-se uma análise econômica, no intuito de avaliar o desempenho das unidades produtivas. Os resultados, no geral, mostram que as UPA não conseguiram remunerar seus trabalhadores através das rendas agrícolas, com base no nível de reprodução simples (NRS), o qual foi mensurado a partir do valor do salário-mínimo vigente no ano de 2022, considerando ainda o décimo terceiro salário.

Contudo, para uma compreensão mais abrangente do impacto da pandemia sobre o desempenho econômico das UPA, é essencial traçar um paralelo entre o cenário geral anterior à crise e o cenário durante a pandemia. Conforme evidenciado pela pesquisa de Fortini (2020), já existia uma situação em que 74,28% das rendas obtidas nos estabelecimentos da agricultura familiar na região do semiárido eram menores do que outras rendas adquiridas pelos agricultores. Isso, em parte, decorreu das políticas públicas que, durante a década de 1990, limitaram-se a mecanismos de compensação social.

No entanto, deve-se salientar que, para os agricultores das unidades analisadas, os desempenhos durante o ano agrícola em questão foram ainda mais desafiadores



em comparação com o período anterior à pandemia. Além das dificuldades no escoamento de produtos, houve também a oneração dos preços dos insumos. A crise econômica resultante da pandemia criou uma conjuntura que exacerbou as dificuldades já existentes, comprometendo ainda mais a capacidade das UPA de remunerar seus trabalhadores exclusivamente através das rendas agrícolas.

Portanto, ao explorar as nuances da situação pré-pandemia e as mudanças observadas durante esse período, o estudo destaca como as vulnerabilidades econômicas da agricultura familiar foram agravadas pela crise, ressaltando a necessidade de medidas que abordam os desafios específicos enfrentados durante a pandemia. Na Tabela 1, é apresentado o resumo da análise econômica realizada a partir dos dados coletados para o ano agrícola 2021/2022.

Tabela 1 – Indicadores de Resultado Anual das Unidades de Produção Agrícola

INDICADOR	UPA 01	UPA 02	UPA 03	UPA 04	UPA 05	UPA 06
Área da terra (ha)	16,5	1,5	1,5	1,55	1,7	12,0
SAU	7,0	1,2	1,0	1,5	1,1	4,0
UTF	3.500	1.750	2.125	2.125	2.250	2.375
PB/CI (R\$)	4,83	5,35	10,74	4,22	3,71	11,22
CI/SAU (R\$/ha)	752,86	3.016,67	820,00	2.740,00	3.600,91	496,75
PB/SAU (R\$/ha)	3.639,29	16.154,17	8.810,00	11.562,67	13.351,82	5.573,44
PB/UTF (R\$)	7.278,57	11.077,14	4.145,88	8.161,88	6.527,56	9.386,84
RA/mês/UTF (R\$)	400,71	695,33	270,00	401,70	346,67	624,36
RT/mês/UTF (R\$)	863,57	1.621,05	1.536,20	684,05	885,33	2.415,52
NRS/mês/UTF (R\$)	1.313,00	1.313,00	1.313,00	1.313,00	1.313,00	1.313,00

Fonte: Elaborada pelos autores (2022).

Legenda: SAU – Superfície Agrícola Utilizada

UTF – Unidade de Trabalho Familiar

PB – Produto Bruto

CI – Consumo intermediário

RA – Renda Agrícola

RT – Renda Total

NRS – Nível de Reprodução Simples

Sobre o retorno econômico, dado pela relação do produto bruto pelo consumo intermediário (PB/CI), foi possível perceber que as UPA 03 e 06 foram as que apresentaram os maiores valores, muito em razão do baixo volume de insumos externos consumidos durante os processos de produção. Isso pode ser evidenciado através da relação dos valores gastos com consumo intermediário por unidade de área (CI/SAU) das unidades 03 e 06, os quais estão entre os menores observados.

Quanto à produtividade por unidade de área (PB/SAU), destacam-se as UPA 02 e 05, as quais demonstram os maiores valores para esse indicador. A UPA 02 também apresenta a maior produtividade por trabalhador (PB/UTF). Nesse indicador, a UPA 06 também merece destaque, por registrar o segundo maior valor. Cabe salientar ainda que tanto a UPA 02 quanto a UPA 06 se sobressaem ao apresentar as maiores rendas agrícolas por trabalhador (RA/mês/UTF).



É possível notar ainda que todas as unidades apresentam um valor de rendas externas maior que o valor de suas RA, com exceção da UPA 04, a qual tem acesso apenas a uma renda obtida fora da unidade de produção (procedente do Programa Bolsa Família), sendo essa renda inferior à RA obtida na UPA.

As demais unidades fazem uso de rendas obtidas de aposentadorias, como é o caso das UPA 01, 03, 05 e 06, ou de atividades agrícolas exercidas fora dos estabelecimentos agropecuários em curtos períodos, como ocorre nas UPA 01 e 03.

Sobre as UPA 02 e 06, é importante pontuar ainda que essas unidades fazem uso de rendas obtidas com atividades não agrícolas. A realidade é que todas as unidades analisadas se assemelham ao que foi observado no estudo de Fortini (2020), no qual se constatou que, em 83,4% dos estabelecimentos de agricultores familiares da região semiárida, as receitas são diversificadas.

Diante disso, considerou-se as alternativas mais viáveis para aumentar a renda agrícola nessas unidades. No caso das UPA 01 e 06, destacou-se a estratégia de expandir ainda mais a SAU, considerando que ambas as UPA possuem áreas disponíveis para a produção. No entanto, é importante mencionar que existem dificuldades relacionadas à contratação de mão de obra externa, conforme destacado pelos agricultores das duas unidades, o que limita essa alternativa.

Já em relação às UPA 02, 03, 04 e 05, ao se avaliar possíveis alternativas para aumentar a renda agrícola por trabalhador, é inviável considerar o aumento da SAU. Isso se deve ao fato de não haver mais áreas disponíveis para essas unidades sem a necessidade de arrendamento de terras.

Nesse contexto, uma saída ponderada pelos agricultores seria aumentar o valor da renda, por meio da redução dos custos proporcionais de gastos com insumos. Isso poderia contribuir indiretamente com a intensidade de uso da área, uma vez que essa intensidade de uso pode ser vista como o retorno econômico da produção em relação aos seus custos.

Contudo, a viabilidade dessa medida é de difícil mensuração, uma vez que ela implicaria mudanças no comportamento de toda a curva de renda agrícola (RA) para cada uma dessas UPA. Todavia, foram dados alguns passos no sentido de materializar essa medida. Por exemplo, durante o período de pesquisa de campo, no dia 20 de outubro de 2022, foi realizada uma oficina no quintal produtivo da UPA 02, oferecida pelo Cetra. Essa oficina abordou a preparação de ração para aves, bem como outras práticas agroecológicas, com o objetivo de promover o reuso de diversos insumos dentro da propriedade.

No entanto, é importante ressaltar que, no caso específico da UPA 04, onde ocorre o arrendamento de terra, uma alternativa viável pode ser a mudança no domínio legal da terra, tendo em vista que se o valor pago pelo arrendamento não fosse destinado para esse fim, essa unidade 04 alcançaria uma renda agrícola por



trabalhador que a aproxima ainda mais do nível de renda agrícola mensal por trabalhador das UPA 02 e 06.

Diante das dificuldades enfrentadas pelas UPA, destaca-se a importância de abordar assuntos como a questão fundiária, educação e capacitação do campo, mercados justos e transparentes para a agricultura familiar. Nesse contexto, a agroecologia surge como uma promissora abordagem que oferece soluções sustentáveis e resilientes para esses desafios. A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), logo, se alinha a essa busca por soluções, promovendo a integração de políticas públicas que incentivam a Reforma Agrária, o desenvolvimento de Pesquisa e Extensão que vise a capacitação dos agricultores e o estímulo à Comercialização com a promoção de mercados mais justos.

Conclusões

Através do estudo e acompanhamento de seis UPA representativas, que possuem um histórico de comercialização na Região Metropolitana de Sobral, constatou-se que essas unidades estão passando por um processo de adaptação diante dos desafios impostos pela pandemia de covid-19, os quais foram intensificados por fatores como acesso à água, à terra e à força de trabalho.

Verificou-se uma variação na produtividade e nas rendas alcançadas pelas UPA, as quais enfrentam dificuldades para remunerar o trabalho familiar apenas com as rendas provenientes da agricultura. Muitas delas dependem de fontes de renda externas para complementar sua sustentabilidade econômica.

Em suma, o desenvolvimento dessas UPA requer a articulação entre os diversos agentes atuantes no meio rural, o que demanda um serviço de extensão rural ativo. Além disso, é essencial fortalecer as políticas públicas existentes voltadas para a agricultura familiar, especialmente aquelas relacionadas ao acesso à água e à reforma agrária, a fim de formular medidas eficazes que contribuam para o seu crescimento e sustentabilidade.

Referências bibliográficas

DEL GROSSI, Mauro Eduardo. **Efeitos da crise covid:** análise nacional e agricultura familiar. Brasília: Centro de Gestão e Inovação da Agricultura Familiar – CEGAFI/UnB, jul. 2020.

FORTINI, Rosimere Miranda. **Um novo retrato da agricultura familiar do semiárido nordestino brasileiro:** a partir dos dados do censo agropecuário 2017. Viçosa, MG: IPPDS, UFV, 2020.

GARCIA FILHO, Danilo Prado. **Guia metodológico:** análise-diagnóstico de sistemas agrários. Brasília: Incra/FAO, 1999. Disponível em: <http://beneweb.com.br/resources/Guia%20Metodol%C3%B3gico%20ADSA%20INCRA-FAO.pdf>. Acesso em: 22 set. 2021.